CIR

Jornal da ASEAC

Informativo da Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE - Nº 31 - Setembro 96

Empregados da CEDAE querem debate amplo sobre o Novo Modelo de Gestão

- O que significa privatizar um serviço público, como o Saneamento Básico? - A extinção da CEDAE, como empresa gestora dos serviços de Saneamento Básico no Rio de Janeiro, é a melhor solução para a população?

- Quais os rumos, que devem tomar os serviços de Saneamento Básico no Estado? - Por quê o Governo Marcello Alencar tem tanta pressa em privatizar esse serviço? - A justificativa de que o Estado não tem recursos é falsa, pois se fosse verdadeira como a CEDAE teria conseguido investimentos para construir o Sistema Guandu ou, mais recentemente fazer a despoluição da Baía de Guanabara?

Com o objetivo de levantar essas questões e tornar público o debate sobre os riscos de se acabar com a CEDAE e sobre os novos caminhos que a Empresa deve percorrer, para atender com a qualidade necessária à população do Estado, os empregados da Companhia estão propondo a reestruturação da Empresa, de forma que os municípios e a população tornem-se parceiros do Estado na gestão do serviço. Esta proposta de modelo, que ora publicamos, tem por objetivo reorganizar os serviços de Saneamento no Estado, de forma descentralizada e eficaz, aplicando os investimentos resultantes do superávit alcançado, nas áreas sem cobertura desses serviços, resgatando, desta forma, a imensa dívida social deste Estado.

E para democratizar as discussões deste processo, os empregados da Empresa criaram uma Coordenação, composta por várias entidades do Setor, que defendem um novo Modelo de Gestão para a CEDAE, visando a manter as suas características de Empresa de Serviço Público, que tem

por finalidade a melhoria da qualidade de vida da população. Para isso, estão dispostos a lutar por um novo modelo de administração, que torne a Empresa mais democrática, mais eficiente e eficaz, ao invés de simplesmente extinguí-la ou reduzíla, entregando seu patrimônio, sem ônus, à iniciativa privada. Esta Comissão está discutindo uma nova concepção e filosofia de gestão para a Empresa, a partir de críticas e su-

"Os empregados da Empresa criaram uma Coordenação, composta por várias entidades do Setor, que defendem um novo Modelo de Gestão para a CEDAE, visando a manter as suas características de Empresa de Serviço Público".

gestões de todos os segmentos da sociedade ligados à área de saúde pública e de entidades representativas dos trabalhadores do Setor de Saneamento, para, depois, encaminhá-la ao governo.

Da Coordenação - que é presidida pela própria ASEAC - fazem parte os Sindicatos dos Urbanitários, de Águas de Niterói, de Águas de Campos e dos Engenheiros, além da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES -, do Clube de Engenharia e da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do RJ - SEAERJ.

Segundo a Presidente da ASEAC, Dario Mondego, o objetivo da Associação é tornar o mais abrangente possível o debate, que atinge diretamente a toda população do Estado, indiscriminadamente. Isto, apesar da estratégia do Governo do Estado - que aumentou a tarifa em cerca de 22% - para que, ao assumir os serviços, a iniciativa privada possa dar descontos. "Mas a verdade", concluiu Dario, "é que os custos dos serviços vão aumentar para as classes mais privilegiadas, e os municípios serão obrigados a subsidiar o Saneamento Básico da população carente.

Ao criticar a decisão do Governo de incluir o Saneamento Básico no Programa Estadual de Desestatização -PED -, o Presidente da ASEAC considerou improcedentes as justificativas para essa decisão: "O Governo tem anunciado, através da mídia, falta de recursos para bancar os projetos de investimentos no setor, e acusa a CE-DAE de ineficaz e ineficiente, o que ele quer com isso é justificar a privatização, alegando que a ineficiência da CEDAE estaria agravando as relações do Governo com a população. O que ninguém diz é que a CEDAE não se auto-gerencia e se, em determinados momentos, ela é ineficiente, a culpa é do próprio Governo, que não lhe dá autonomia para decidir nada".

Pela proposta do Governo Marcello Alencar, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro será reduzida a uma pequena agência, o que não se justifica, considerando-se a competência técnica de seus empregados em todos os níveis e o fato da Empresa prestar um Serviço Público, que tem por objetivo garantir a qualidade de vida da população, concluiu o Presidente da Aseac.



Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Salas 601, 602, 607 e 902 Tels: 263 6240 e 296 0025 Ramal 102 - Telefax: 253 7482

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Dario Mondego

Diretor Vice-Presidente

Walcyr Goulart Mariosa Diretor Administrativo

César Eduardo Scherer

Diretor Financeiro Edson Reis da Silva

Diretor de Comunicação

Jaime Dutra Noronha

Diretor Técnico João Benedito Lorenzon Mello

Diretor Social

Antônio Carlos Alvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes

Administradores

Pedro Paulo de Freitas

Advogados

Sueli Kolling Turano

Analistas

César Lima da Graça

Aposentados

Edson Bittencourt Rosas Elysio Américo M. da Fonseca

Leon Ambram Nacim Chau Cascum

Arquitetos

Dirceu Soares Marinho Filho

Biólogos

Evandro Rodrigues de Brito

Contadores

Sérgio Pereira

Demais categorias

Eliana Glória de P. Peixoto

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai Clóvis F. do Nascimento Filho Flávio de Carvalho Filho Márcio de Melo Rocha Paulo César Quintanilha

Renato Guerra Marques Produção e Edição:

Planin Assessoria de Comunicação Fones (021)220 5031 (021)232 8017

Jornalista Responsável:

Carlos Emiliano Eleutério MTB: 12.524/RJ

Editoração Eletrônica e Arte Final: Icone Comunicação e Arte

(021)220-8025

Revisão: Maria Amália Monteiro

Tiragem: 3.000 exemplares Edição Setembro/1996

Proposta de um l do Saneamento Básico

novo Modelo de Gestão dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários que está sendo apresentado para discussão com a sociedade, com o poder estadual e com o poder concedente - os municípios - parte de uma premissa básica: a necessidade de descentralizar. A rigor, os técnicos da Cedae vêm tentando mudar o modelo de gestão da Companhia há anos, de forma a permitir uma participação dos municípios na gestão da Cedae. Isto só não ocorreu até agora por falta de decisão política do Governo do Estado. Hoje, a idéia é ampliar a discussão, tornando a Cedae uma empresa mais democrática, que atue em conjunto com as Prefeituras e com a população.

Considerações

- O atual cenário nacional, e em particular o do Estado do Rio de Janeiro, com o recrudescimento das relações políticas entre as Companhias Estaduais e o Governo do Estado.
- O processo de de-

sestatização das empresas estatais de saneamento, de forma antidemocrática, estagnando propositadamente os novos investimentos no setor, acarretando queda na arrecadação e por consequência a redução na qualidade no atendimento à Sociedade.

- Que o Governo tenta impor modelos técnicos, sem discussão e sem certeza dos seus resultados sociais.
- Que o setor de Saneamento é um monopólio natural e de responsabilidade de Governo, como instrumento de Saúde.

Objetivos

- Reformular o modelo institucional para a gestão do Saneamento, visando à reorganização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma regionalizada, com a participação do Estado, de todos os Municípios e da Sociedade Civil.
- Estas novas organizações regionais devem

ter autonomia administrativa, financeira e operacional.

- Prestar a total cobertura dos serviços sanitários à população fluminense, sem distinção sócio-econômica.
- Acelerar as ações necessárias, visando ao aumento de produtividade e melhoria da qualidade dos serviços, através da descentralização das decisões, aproximando a Administração do usuário.

Premissas Básicas

- A garantia dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na mesma qualidade e quantidade a todas as camadas sociais da população fluminense (Universalização dos servicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário).
- A competência dos serviços públicos de saneamento nas três esferas de governo:
 - Federal.
 - Estadual.
 - Municipal.

Como ação preventi-

Novo Modelo de Gestão o no Estado do Rio de Janeiro

va de saúde:

- A responsabilidade social, respeitando as diferenças sociais, tendo em vista o resgate da dívida social com a população das periferias e do interior, aplicando prioritariamente o superávit da Empresa.
- As ações de Saneamento devem ser integradas ao interesse local, com planejamento e controle dos impactos de suas ações.
- Descentralização administrativa e Operacional.
- A regionalização das ações técnico-institucional.
- A participação das Prefeituras nas decisões e controle social.
- O incentivo às pequenas e médias empresas fornecedoras.
- Estabelecimento de indicadores para a aplicação de modelos de gestão.

Conceito do Modelo

Criação de empresas regionais com a participação do Estado, dos municípios e da Sociedade, subsidiárias de uma Empresa Holding, que manteria essas Sociedades pela posse majoritária de suas ações.

A Holding seria importante instrumento de normalização e planejamento global, pelo Governo do Estado, da política de saneamento básico, que deteria a maioria de suas ações, enquanto as empresas regionais seriam instrumentos efetivos da descentralização na gestão dos serviços de abastecimento de águas e esgotamento sanitário regionais.

Procurar manter a distribuição acionária, sem prejuízo da política estadual de saneamento, sem perder de vista a participação efetiva dos municípios, da sociedade e dos trabalhadores.

Principais atribuições da Empresa Holding

- Planejamento Global

 Fixar indicadores de gestão para às empresas regionais, por consenso, nas áreas administrativa, financeira e operacional.
- Assessoramento Municipal - Intensificar a relação entre as

- empresas regionais e os municípios, num planejamento participativo, que fortaleça os Municípios no processo decisório.
- Excelência na Prestação dos Serviços Locais - Incentivar as empresas regionais a se tornarem cada vez mais eficazes, objetivando à excelência dos serviços prestados, com a fixação de tarifas compatíveis com a realidade sócio-econômica da região.
- Manutenção dos Modelos - Procurar a eficiência empresarial, mantendo o compromisso com a saúde de todas as camadas da população.
- Centro de Custos Incentivar a imple mentação dos cen tros de custos,
 informatizados, nas
 Empresas Regionais,
 a fim de buscar o
 equilíbrio da sua
 auto-sustentação.
- Visão Sistêmica Gerenciar projetos inter-regionais e/ou de grande porte.
- Instrumento de Governo - Cumprir e fazer cumprir a Política

- Estadual de Saneamento.
- Auditoria e Controle -Manter a auditoria dos indicadores pré-estabelecidos, como também dos institucionais.
- Atividades Transitórias - Desenvolver, em período pré-estabelecido, atividades administrativas e operacionais necessárias às mudanças do Modelo.

Principais Atribuições das Empresas Regionais

- Gerenciar as Empresas Regionais tendo como objetivos os indicadores de gestão, consensualmente estabelecidos com a Empresa Holding.
- Estreitar o relacionamento com os poderes municipais, almejando a melhoria dos serviços prestados na região.
- Buscar o planejamento participativo com as prefeituras, respeitando os Planos Diretores dos municípios da região.
- Assessorar os municípios, como agentes de saúde locais.







